

Brasília, 04 de junho de 2013

OFÍCIO Nº 00037/2013

A SUA EXCELÊNCIA ALEXANDRE PADILHA

MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Envio em anexo, para o conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup>, cópia do Requerimento de Informação protocolado junto a Diretoria Geral da Câmara referente à suspensão da campanha 'Sem vergonha de usar camisinha', voltada às prostitutas com foco na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e lançada em homenagem ao Dia Internacional das Prostitutas, celebrado no dia 02 de junho.

Atenciosamente,

JEAN WYLLYS DE MATOS SANTOS

Deputado Federal

## **REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO**

(Do Sr. Jean Wyllys)

Solicita ao Ministro de Estado do Ministério da Saúde informações relativas à suspensão da campanha voltada às prostitutas com foco na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

Solicito a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, que, após consulta a Mesa, sejam solicitadas ao Ministro de Estado do Ministério da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, as seguintes informações:

1. Reportagem publicada no site do departamento de DST do ministério na sexta-feira (31), afirma que "o Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde lança neste fim de semana nas redes sociais mobilização pela visibilidade das profissionais do sexo (<http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2013/06/ministerio-da-saude-lanca-campanha-para-celebrar-dia-das-prostitutas.html>).

2. A ação com o tema 'Sem vergonha de usar camisinha' celebra o Dia Internacional das Prostitutas, no dia 02 de junho. O ministro da Saúde,

Alexandre Padilha, recuou sobre esta ação já lançada pela pasta na internet voltada às prostitutas com foco na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1289525-ministro-da-saude-recua-em-campanha-para-prostitutas.shtml>). Uma das peças da campanha, lançada neste mesmo final de semana, "Eu sou feliz sendo prostituta" já aparece como indisponível no link do Twitter do departamento de DST, Aids e Hepatites Virais do ministério. Qual foi o real motivo dessa decisão ter sido tomada?

3. Segundo o release divulgado pela equipe de comunicação do Ministério da Saúde, postado na página do Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais, a mobilização tem como objetivo “dar visibilidade a esse público veiculando materiais que se oponham ao estigma da prostituição associada à infecção pelo HIV e aids. A ação circulará nas redes sociais até o dia 2 de julho, quando acontece um seminário sobre prostituição e prevenção às DST, promovido pelo Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais”. Apesar disto, o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, informou, à Folha de S. Paulo (<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1289525-ministro-da-saude-recua-em-campanha-para-prostitutas.shtml>) que “todas as peças -divulgadas com a logomarca do governo federal e já disponíveis no site e no Twitter do departamento de DST- ainda dependem de aprovação. Recebemos várias sugestões, que ainda vão passar por avaliação”. A que se deve essa controvérsia entre a palavra do Ministro e a divulgação de material oficial enviado pela assessoria de imprensa do Ministério?

4. Se a campanha tinha como objetivo reduzir o estigma da prostituição associada à infecção pelo HIV e Aids, porque a mensagem, "Eu sou feliz sendo prostituta", elaborada após oficina de comunicação com representantes do segmento e aprovada pelos responsáveis pela campanha, motivou a seguinte declaração do Ministro: "Enquanto eu for ministro, não acho que seja uma mensagem a ser passada pelo Ministério da Saúde"?
5. Quanto foi gasto na produção da campanha, desde as oficinas de elaboração da campanha realizadas em João Pessoa, à produção do material e à contratação de consultores e demais profissionais para a mesma?
6. Como V. Exa. explica o uso de dinheiro público para produzir peças que não serão divulgado para a população, como anunciado no material de divulgação da campanha?
7. Como V. Exa. explica o problema de aceitação do material, mais especificamente de um dos vídeos, que mostra uma prostituta que sonhou ter sido respeitada: "sonhei que sou respeitada, que sou uma flor, uma rosa sem espinhos", diz a protagonista, se um dos objetivos da campanha seria também desmarginalizar a profissão e, com isso, permitir, aos profissionais do sexo, o acesso à saúde, através de materiais que se oponham ao estigma da prostituição associada à infecção pelo HIV e Aids.
8. Aonde os vídeos produzidos seriam veiculados?
9. Nas campanhas de prevenção a doenças o Ministério adota o princípio da isonomia e da impessoalidade? Qual foi o critério adotado para que não fosse realizada a divulgação dos vídeos voltados a dar visibilidade a esse público?

10. Como V. Exa. pretende atingir as jovens prostitutas que acabam caindo em comportamentos de risco por não serem devidamente orientadas? V. Exa. não acha que elas e eles também têm o direito de informação? O tratamento dispensado a estas e estes jovens está de acordo com o princípio constitucional da isonomia? O Ministério da Saúde quer, através dessa conduta, informar à população de prostitutas que não são sujeitos de direito e que não merecem ter acesso a informações e à prevenção?
11. Como V. Exa. explica o impacto negativo e traumático que esse veto terá na população de profissionais do sexo e da parcela da população que contrata o serviço destas e destes?

### **JUSTIFICAÇÃO**

O Ministério da Saúde retirou do site do Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais campanha nas redes sociais de mobilização pela visibilidade das profissionais do sexo. A ação, que tem com o tema “Sem vergonha de usar camisinha” é em homenagem o Dia Internacional das Prostitutas, celebrado 02 de junho.

A mobilização tem como objetivo dar visibilidade a esse público veiculando materiais que se oponham ao estigma da prostituição associada à infecção pelo HIV e aids. A ação circulará nas redes sociais até o dia 2 de julho, quando acontece um seminário sobre prostituição e prevenção às DST, promovido pelo Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais.

Dessa forma, cumpre sejam devidamente prestadas pelo Ministério da Saúde as informações acerca dos motivos para a proibição de veiculação do material, bem como os aspectos de custos e estudo prévio que devem preceder qualquer gasto público, afinal, se a campanha fora feita, houve o custo de elaboração e a realização de gastos sem motivo devem ser apuradas.

É, portanto, no âmbito da função fiscalizatória que incumbe ao Poder Legislativo, que apresento o presente requerimento.

Nestes termos, requer o encaminhamento.

Brasília, 04 de junho de 2013.

**Jean Wyllys**

Deputado Federal PSOL/RJ